



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 12, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

EIXO 12 - CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Editores responsáveis: **Veleida Anahide Silva - Bernard Onaitit**

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.12.01>

Recebido em: **18/07/2020**

Aprovado em: **19/07/2020**

GESTÃO ESCOLAR: PROGRAMA DE INTENSIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM □ PIA, NO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR ABELARDO ROMERO DANTAS, EM LAGARTO □ SE ; SCHOOL MANAGEMENT: LEARNING INTENSIFICATION PROGRAM - PIA, AT THE PROFESSOR ABELARDO ROMERO DANTAS STATE COLLEGE, IN LAGARTO □ SE ; GESTIÓN ESCOLAR: PROGRAMA DE INTENSIFICACIÓN DE APRENDIZAJE - PIA, EN LA UNIVERSIDAD ESTATAL ABELARDO ROMERO DANTAS, EN LAGARTO - SE

ADEMILSON DE JESUS SILVA

[1448794255904574](https://orcid.org/0000-0001-9148-7942)

RESUMO

O presente artigo tem como analisar a implantação do Programa de Intensificação da Aprendizagem – PIA, no Colégio Estadual Professor Abelardo Romero Dantas em Lagarto – Sergipe, em cumprimento às Portarias Nº 1643/2017, de 02 de março de 2017, e a de Nº 6864/2017/GS/SEED, de 02 de agosto de 2017, assim como a mudança do ensino médio convencional para o ensino médio integral, de acordo a Lei Nº 13.415 (BRASIL, 2017). Seguiu a metodologia quali-quantitativa, com levantamento de dados bibliográficos, em um recorte temporal 2017-2019. Os resultados apontaram que a gestão escolar conseguiu, com planejamento e o engajamento dos discentes e docentes, a implantação do PIA (2017); conclusão da transição do ensino médio convencional para o integral em 2019, com 416 estudantes matriculados.

Palavras- chaves: Planejamento pedagógico. Educação. Ensino médio

ABSTRACT

This article analyzes the implementation of the Learning Intensification Program - PIA, at the Colégio Colégio Professor Abelardo Romero Dantas in Lagarto - Sergipe, in compliance with Ordinances No. 1643/2017, of March 2, 2017, and No. 6864 / 2017 / GS / SEED, of August 2, 2017, as well as the change from conventional high school to full high school, according to Law Nº 13.415 (BRASIL, 2017). It followed the qualitative and quantitative methodology, with the collection of bibliographic data, in a time frame 2017-2019. The results showed that the school management managed, with planning and the engagement of students and teachers, to implement the PIA (2017); completion of the transition from conventional high school to full time in 2019, with 416 students enrolled.

Key words: Pedagogical planning. Education. High school

RESUMEN

Este artículo analiza la implementación del Programa de Intensificación del Aprendizaje - PIA, en el Colegio Colégio Profesor Abelardo Romero Dantas en Lagarto - Sergipe, en cumplimiento de las Ordenanzas No. 1643/2017, del 2 de marzo de 2017, y No. 6864 / 2017 / GS / SEED, del 2 de agosto de 2017, así como el cambio de escuela secundaria convencional a escuela secundaria completa, de acuerdo con la Ley Nº 13.415 (BRASIL, 2017). Siguió la metodología cualitativa y cuantitativa, con la recopilación de datos bibliográficos, en un marco de tiempo 2017-2019. Los resultados mostraron que la administración de la escuela logró, con la planificación y la participación de estudiantes y maestros, implementar el PIA (2017); finalización de la transición de la escuela secundaria convencional a tiempo completo en 2019, con 416 estudiantes matriculados.

Palabras clave: Planificación pedagógica. Educación. Escuela secundaria.

Introdução

O Colégio Estadual Professor Abelardo Romero Dantas (carinhosamente chamado de POLI Valente ou simplesmente POLI) está situado na Rua Padre Álvares Pitangueira, s/n, em Lagarto - Sergipe, sob a jurisdição da DRE 02, mantido pelo Governo do Estado de Sergipe, na administração da Secretaria Estadual de Educação. Construído em 1979, passou a funcionar no dia 13 de fevereiro de 1980, resultado de um convênio entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEEC), coordenado pelo Programa de Expansão e Melhoria de Ensino (PREMEN).

Inicialmente foi estabelecida unicamente como uma escola de 1º e 2º graus no município de Lagarto, para atender de 5ª a 8ª série do Primeiro Grau e à formação Técnico-Profissionalizante, pelo decreto 4.594 de 13/02/80 e resolução nº 146/81 CEE, baseada nos artigos 1º da Lei 4.024/61 e 1º da Lei 5.692/71, para o cumprimento das terminações estabelecidas, preparando os indivíduos para se portarem em sociedade conhecedora de direitos e deveres, além e possuidores de arguição científica e tecnológica.

Atualmente a unidade de ensino atende apenas o ensino médio integral como unidade experimental do estado de Sergipe. Porém, em 2017, ano de início do recorte temporal do presente trabalho sobre a gestão escolar e implantação do programa de intensificação da aprendizagem – PIA, possuía 1.166 estudantes no ensino médio convencional (1º, 2º e 3º anos). A metodologia adotada para migrar do ensino médio convencional para o integral, foi não permitir a matrícula de alunos do primeiro ano convencional, permitindo apenas o registro de turmas no primeiro ano integral, perpetuando nos anos seguintes até fechar o quadro com turmas de primeira, segundo e terceiro anos na modalidade do ensino médio integral.

Portanto, em virtude da transição do ensino médio convencional para o integral, a gestão escolar perpassou por um profundo processo de adequação, com inúmeros planejamentos pedagógicos e da logística operacional traçados e reestruturados ao longo de 3 anos (2017, 2018 e 2019), pois o início da transição ocorreu justamente quando os planejamentos estavam voltados para o PIA, mexendo com todo o plano educacional do ano letivo. Tendo em vista, que de acordo com Oliveira e Menezes (2018), a gestão escolar é vista como algo complexo, pois lida com pessoas (estudantes, pais, professores, funcionários de serviços gerais e administrativos) possuidores de pensamentos intrínsecos em diversas linhas de saberes, além do corpo estrutural da unidade de ensino (parte física), onde tudo deve funcionar com sintonia, as operações educacionais são geridas de modo que não entrem em divergências e os imprevistos não se torne problema, prejudicando a harmonia do processo educativo, pois a gestão escolar deve agir com diálogo para solucionar e adequar com fluidez às relações divergentes e os imprevistos, tornando o ambiente escolar prazeroso para todos na construção do conhecimento.

Neste viés, a ação da gestão escolar do POLI, atuou prestando a assessoria ao corpo docente na aplicação PIA para o cumprimento das portarias Nº 1643/2017 e de Nº 6864 /2017/GS/SEED (SERGIPE, 2017), as quais, respectivamente, dispõem sobre as normas e estabelecem as diretrizes para implantação.

O Programa de Intensificação da Aprendizagem é voltado para alunos com baixo desempenho escolar, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação em Sergipe. Mediante sua obrigatoriedade e principalmente sua importância para o processo formativo educacional igualitário, compete à escola proporcionar níveis de aprendizagem iguais para todos os estudantes, independentemente das diferentes capacidades psico-aprendizagem[1].

Ensino médio em tempo integral

O ensino médio em tempo integral é regulamentado pela Lei Nº 13.415 (BRASIL, 2017), que acaba fazendo mudanças do sistema nacional de ensino, em específico no ensino médio, que passa de 800 horas anuais para 1.400 horas. Mudança essa que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/1996) e a Lei 11.494/2017, que regulamenta o FUNDEB – Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, e que tem como finalidade instituir em todo território brasileiro a Política de Fomento à criação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e definindo as bases para o Novo Ensino Médio. Essas mudanças requereram um desdobramento pedagógico da equipe de gestão escolar para fazer se cumprir o que tange a vigente Lei, a qual passou a vigorar no mesmo ano das portarias estatuais.

Delineamento da pesquisa

Portanto, teve-se como objetivo geral analisar a implantação do Programa de Intensificação da Aprendizagem pela equipe gestora, em cumprimento às Portarias Nº 1643/2017, de 02 de março de 2017, e a de Nº 6864 /2017/GS/SEED, de 02 de agosto de 2017, assim como a mudança do ensino médio convencional para o ensino médio integral, de acordo a Lei Nº 13.415 (BRASIL, 2017), no Colégio Estadual Prof. Abelardo Romero Dantas, localizado no município de Lagarto – SE.

Desta forma, o presente trabalho buscou respostas para a pergunta norteadora: como a gestão escolar pode contribuir na aplicação do projeto de intensificação da aprendizagem (PIA) e na transição do ensino médio convencional para o integral?

Justifica-se em virtude de ser uma das metas do Projeto Político Pedagógico (PPP) melhorar o nível de aprendizagem dos estudantes, tendo em vista que os resultados do último senso escolar realizado em 2016 foram insatisfatórios para as metas do PPP, que é a redução da evasão escolar e reprovação. Dos estudantes matriculados efetivos no Colégio Estadual Professor Abelardo Romero Dantas: 77,11% foram de aprovados, 10,5% foram reprovados, 6,61% abandonaram e 5,79% foram transferidos[2]. Desta forma, a gestão escolar, em conjunto com a equipe de docentes, deve promover ações pedagógico-educativas que venham gradativamente elevar o número de aprovações, reduzindo drasticamente as reprovações, abandono e desistência escolar.

Esses dados são possíveis de serem revertidos gradativamente com um Projeto Político Pedagógico - PPP[3] bem estruturado e definido, conforme o que estabelece o Regimento Escolar Referencial do estado de Sergipe na seção III, que trata sobre sua elaboração e recomendações necessárias a serem seguidas pelas unidades de ensino do estado. Fica claro que a elaboração do PPP é de responsabilidade da equipe gestora da unidade de ensino com toda comunidade acadêmica (professores, pais, estudantes e funcionários), de forma democrática (SERGIPE, 2017).

Metodologia

A metodologia seguida foi quali-quantitativa, quanto aos objetivos exploratórios com pesquisas bibliográficas, levantamento de dados no site: <http://www.seed.se.gov.br/redeEstadual/Escola.asp?cdestrutura=134>, consulta ao PPP, visitas às salas de aulas, acompanhamento às reuniões dos professores, acesso às atas das reuniões escolares, consulta ao diário escolar, com a realização de relatórios diários das observações feitas ao final de cada semestre dentro de um recorte temporal 2017 - 2019. Os dados coletados foram possíveis mediante permissão da direção escolar, na concepção de que um órgão público voltado para educação os seus dados devem ser acessíveis à comunidade, desde que em hipótese alguma exponham as pessoas envolvidas ou comprometam a sua integridade pessoal e profissional.

A metodologia qualitativa do processo educativo realizado no POLI foi importante para compreender os detalhes e as características situacionais apresentadas por todos os envolvidos em vez de ficarem apegados às médias quantitativas. Pois os dados quantitativos são dados numéricos, não apontam como foi o processo para se chegar a determinado número, a exemplo dos estudantes identificados com baixo rendimento nas avaliações, a análise qualitativa irá expressar se é consequência do déficit

de aprendizagem em sala de aula ou determinado número de alunos optaram por não responder questões das avaliações e assim obtiveram baixos resultados.

Destarte, a gestão escolar deve identificar junto aos professores quais são esses estudantes com dificuldade de aprendizagem. Com observação no desempenho em sala de aula e analisados os históricos, apontando em quais disciplinas os estudantes têm tido menores notas, para em seguida convidá-los para, espontaneamente, participarem das ações escolares de intensificação da aprendizagem, orientando-os a intensificarem seus estudos em casa; e aos professores, que além intensificarem as explicações dos conteúdos, devem dar maior atenção para os estudantes com baixo rendimento.

Implantar algo novo que modifica toda a rotina da escola é desafiador para a gestão escolar, sendo necessário se assegurar no comprometimento de elevar os níveis quantitativos e qualitativos educacionais. Portanto, a gestão deve ter conhecimento dos níveis educacionais da unidade de ensino, os quais podem ser acompanhados por meio de pesquisa no site do INEP – Instituto Nacional de Educação e Pesquisa, através dos níveis de educação do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Resultados e Discussão

As mudanças feitas pela gestão escolar[4] na implantação do PIA foram totalmente voltadas para estudantes com menor rendimento nos turnos, o matutino, vespertino e noturno, compostos por níveis de aprendizagem e interesse comuns que se dissociam de acordo com suas capacidades intelectuais, cognitivas de aprendizagem, sendo que os estudantes do turno noturno, na sua maioria, demonstram falta de interesse em virtude do cansaço pós-jornada de trabalho diário.

Ressalta-se que os estudantes que frequentam o colégio são oriundos da zona rural, da periferia e do centro da cidade. Dessa forma, a comunidade escolar pode caracterizar-se por pessoas de classes sociais bem diferenciadas, que vão da classe média até a classe baixa, atendidas por programas sociais. A equipe gestora apresenta esse olhar sensível às situações diversas, sendo compreensível quando o estudante da zona rural chega atrasado em virtude de imprevistos no transporte escolar, já que, para Brasil (2006), tudo que acontece dentro da escola é de total responsabilidade da gestão e compete a ela gerir com consentimento de todos para o andamento harmônico das atividades escolares.

Nesse sentido, de acordo com Luck (2009), o gestor escolar, além do olhar sensível a tudo que acontece na unidade de ensino, é responsável pela equipe pedagógica (coordenadores pedagógicos, auxiliares administrativos, secretário), pelo planejamento de reuniões do conselho escolar, para deliberar e planejar assuntos pertinentes ao funcionamento da escola de forma democrática e participativa. Pois quando a gestão é democrática, as reuniões tendem a ser algo com frequência na unidade de ensino, já que é o momento e o espaço aberto para toda equipe docente opinar, avaliar e planejar ações para o bom funcionamento do colégio.

Essas reuniões são realizadas para deliberar sobre como se dará o cumprimento das portarias Nº 1643/2017, de 02 de março de 2017 e a de Nº 6864 /2017/GS/SEED, de 02 de agosto de 2017, e a Lei Nº 13.415, de 2017, com mudanças drásticas nos cronogramas de aulas dos professores em virtude do:

§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017 (BRASIL, 2017).

Os professores com 40 horas semanais passaram a ter sua carga horária (hora aula) distribuída entre as turmas dos primeiros anos com no mínimo duas aulas ininterruptas, pois, para fechar às mil horas anuais, os estudantes passam a ter aulas o dia todo, pela manhã aulas de cunho teórico e à tarde práticas de acordo os planos de aulas de cada professor e suas respectivas disciplinas. Ressalta-se que no ano de 2017 foram ofertadas matrículas apenas para os primeiros anos do ensino médio integral, ou seja, não foram ofertadas novas matrículas para o primeiro ano convencional, de modo que progressivamente, em 2019, a unidade de ensino fechou com turmas apenas na modalidade integral (1º, 2º e 3º ano), exceto no turno noturno. Os matriculados no turno noturno e no EJA (Educação de Jovens e Adultos) terão a garantia da oferta de turmas nos anos seguintes, mesmo após a integralização ao ensino médio integral (BRASIL, 2017).

O POLI é considerado uma das melhores unidades de ensino mantida pelo estado no município de Lagarto. Mesmo após a transição do ensino médio convencional para o integral, a gestão escolar orienta os professores para intensificarem as ações educativas em cumprimento às portarias Nº 1643/2017, de 02 de março de 2017, e a de Nº 6864 /2017/GS/SEED, de 02 de agosto de 2017, que tiveram suas atividades executadas com essa finalidade a partir do segundo bimestre de 2017, além, é claro, de garantir uma maior qualidade no ensino-aprendizagem.

No que se refere à aprendizagem, Moren e Santos (2011) afirmam que aprendizagem deve ser um processo mútuo entre professor e alunos, sendo possível quando as ações pedagógicas são coordenadas e direcionadas pelos professores em processo contínuo de formação, instruídos a conhecer e dominar os conteúdos a serem transmitidos aos alunos com métodos pautados no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Libâneo (2013), um bom método de ensino praticado pelo professor é aquele que possibilita aos alunos o desenvolvimento das capacidades pessoais no processo de aprendizagem, a problematização dos conteúdos e facilidades na assimilação do conhecimento. Portanto, um bom método dos professores dentro da sala de aula atrelado ao acompanhamento da gestão e à equipe pedagógica fará toda diferença na intensificação da aprendizagem.

Justamente por acompanhar de perto o corpo docente, a equipe gestora passou a realizar um diagnóstico minucioso após o primeiro bimestre (I Unidade) de cada ano letivo, que após apresentar os resultados em reunião da comunidade escolar, propôs 20 metas direcionadas à melhoria da qualidade de ensino, as quais foram acatadas por todos em um processo democrático e participativo. Segundo Brasil (2006), toda gestão escolar deve seguir à risca a tomada de decisão em um processo transparente e democrático.

As metas estabelecidas para gestão escolar são: acompanhar e assessorar os professores e estudantes; cobrar dos estudantes faltosos frequência e pontualidade; determinar uma semana para as avaliações com dias diferentes para cada disciplina; realizar reuniões de pais e mestres, pedagógicas e administrativas; reelaborar o PPP e Regimento Escolar e incentivar os alunos na aprovação do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

O diagnóstico teve um ponto indispensável para o PIA, a identificação quantitativamente por meio dos boletins e qualitativamente pelos professores com observações em sala de aula quanto ao grau de aprendizagem dos estudantes no primeiro bimestre letivo de cada ano (2017, 2018, 2019), pois ao longo do segundo bimestre os coordenadores pedagógicos passaram a instruir os professores a intensificar o ensino, com máxima atenção nos estudantes com maior dificuldade de compreender os conteúdos, fomentando nos estudantes a importância do estudo dirigido em casa, em grupo ou individual na biblioteca ou na sala de estudos.

A tomada de conhecimento pela gestão da real importância e emergência do PIA se torna nítida após a realização do diagnóstico em todos os anos letivos, pois desvela dados quantitativos de alunos com notas inferiores à média ponderada 06,00, sobre a qual trata a portaria nº 6864 /2017/GS/SEED

(2017):

Art. 10º O Processo de Ensino e Aprendizagem para alunos com baixo desempenho escolar é contínuo e será oferecido:

III – a todos os estudantes que, ao final do bimestre, não tenham atingido o mínimo de 6,0 (seis) pontos de nota, independentemente do número de componentes curriculares, ocorrendo da seguinte forma:

(...)

b) A escola poderá adotar estratégias diferenciadas para incentivar os alunos a participarem e se engajarem nas atividades desse período letivo.

(...) (SERGIPE, 2017).

Foi identificado, nas consultas aos diários de notas dos estudantes, que aproximadamente 80% dos alunos do primeiro ano obtêm notas inferiores a 06,00 pontos na média ponderada final do primeiro bimestre. As consultas são facilmente realizadas no portal do SIGA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas na secretária, evidenciando que muitos estudantes têm reais chances de, ao final do ano letivo, ser aprovados, caso obtenham melhores resultados nas unidades seguintes, até o término do ano letivo.

As melhorias nas notas dos alunos com baixo rendimento tornam-se possíveis quando a intensificação da aprendizagem é realizada em ação conjunta entre coordenadoras pedagógicas, professores e alunos, com mesmas metas e objetivos traçados para a consolidação do ensino-aprendizagem. Segundo Luck (2013), é importante ter sempre definido na gestão os objetivos almejados no processo educacional da escola, sem perder o foco para o desenvolvimento da educação que visa sempre à aprendizagem significativa dos alunos.

A intensificação da aprendizagem acompanhou todas as turmas do ensino médio convencional, até o seu encerramento com os estudantes concluintes do terceiro ano em 2018. Foi aplicado também nas turmas dentro do sistema integral, com maiores facilidades para intensificar o processo de ensino aos alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem, principalmente nas disciplinas de exatas, pois no ensino integral o número de aulas foi aumentado (exemplo: a disciplina de química de 3 aulas semanais passou para 5 aulas), com aulas específicas para práticas laboratoriais, dinâmicas e interativas.

Segundo Hora (2012), quando a gestão escolar está preocupada com elevação significativa dos níveis de ensino-aprendizagem, devem ser adotados métodos participativos, permitindo que os alunos sejam condutores da sua própria aprendizagem, enriquecido de princípios na solidariedade, liberdade de escolha, desenvolvimento do espírito crítico, criatividade e independência.

Segundo Luck (2013), é necessária uma participação politicamente democrática, desde que a política esteja diretamente ligada ao contexto educacional, prevalecendo a gestão aberta a toda comunidade escolar (com participação assídua dos pais e dos estudantes por meio do grêmio estudantil), consolidando na gestão a tomada de decisões conjuntas e um direcionamento coletivo para manter sempre vivo na unidade de uma aprendizagem significativa (BRASIL, 2006).

De fato a participação de todos para uma aprendizagem significativa nos alunos é importante, pois o professor procede com as aulas em sala com acompanhamento e o apoio da gestão. A gestão escolar, após a implantação do PIA, passou a ter ações voltadas para o grêmio estudantil, na transmissão das informações pertinentes ao decreto e ao que tange ao papel do grêmio, instruídos ao espírito de

liderança com a escolha democrática de líderes em todas as turmas, as quais atuam como protagonistas do próprio conhecimento, mediante a formação de grupos de estudos sob sua coordenação dos líderes e acompanhamento da gestão escolar, pois nada melhor que os próprios estudantes, parte mais que interessada a proceder na busca por melhores resultados ao final de cada bimestre dos respectivos anos letivos (2017, 2018, 2019).

A intensificação da aprendizagem cobra vários esforços da gestão, pois instiga na busca de novos métodos e metodologias de ensino que consolidem melhores desempenhos e rendimento dos estudantes no ensino médio. De acordo com a LDB, o ensino médio promove a formação básica dos estudantes para exercer em suas vidas pessoas atividades de trabalho e as cidadanias com capacidade de se adaptarem com flexibilidade às novas condições de estudos posteriores, caso se submetam (BRASIL, 1996).

A portaria nº 6.864 /2017/GS/SEED (2017) prevê que o PIA deve ocorrer com os estudantes com baixo rendimento, mas na garantia de uma educação igualitária a todos, ou seja, sem que haja prejuízos na condução do ensino aos demais pelo professor. De acordo com Libâneo (2013), o processo educativo transmite ensinamentos necessários para democratização da sociedade, desde que a escola proporcione a todos os seus alunos igualdade no ensino, garantindo-lhes o desenvolvimento de toda sua capacidade de aprender o necessário para sua formação pessoal e profissional.

Portanto, todos os anos o programa é apresentado aos estudantes, os quais devem ser alertados para se esforçarem nos estudos, evitando resultados abaixo do esperado pela Secretaria Estadual de Educação, que prevê 06,00 pontos, e não 05,00, como antes. A gestão escolar está sempre orientando os estudantes por meio dos coordenadores pedagógicos sobre a necessidade de intensificarem os estudos fora da sala de aula, em casa ou na sala de estudos e biblioteca.

A gestão escolar deixa claro que a unidade de ensino se encontra de portas abertas para qualquer atividade ou ação de cunho educacional a serem realizadas pelos estudantes em horários opostos às aulas ou aos finais de semana. Segundo Locke (2009), a escola deve ser um espaço aberto para ocupação social, organizado por grupo de indivíduos na promoção e transmissão de conhecimento e valores sociais, de forma organizada junto à gestão dentro de seus princípios e objetivos educacionais pautados no Projeto Político Pedagógico. Ela se caracteriza como espaço para a formação educacional e social dos indivíduos que perpassarem pela sala de aula (GARBIN; ALMEIDA, 2008).

O ensino integral de certa forma contribuiu para os estudantes ocuparem mais os espaços do colégio POLI, pois passaram a ter atividades recreativas na quadra de esporte, aulas em laboratório, biblioteca, quebrando as monótonas aulas teóricas dentro da sala de aula. Isso favoreceu as ações do PIA, pois nesse tempo a mais que os alunos passaram a ter dentro da unidade de ensino, a gestão conseguiu, em conjunto com o grêmio, formar grupos de estudos em todos os anos letivos, de modo que passaram a utilizar a sala de estudos com orientação dos coordenadores pedagógicos e os professores conseguiram planejar melhor suas aulas com atividades interativas de cunho educativo, deixando as aulas mais didáticas.

Os estudantes que mesmo com todos os esforços realizados por toda equipe escolar e ações conjuntas ao grêmio estudantil ao final do ano letivo não alcançaram a média final 06,00 passam pelo conselho de classe. O conselho de classe foi formado na unidade de ensino em cumprimento ao que diz a portaria nº 6864 /2017/GS/SEED (2017):

Art. 11º As atividades pedagógicas diversificadas, para atendimento ao Programa, deverão ser elaboradas previamente pelos Professores das respectivas disciplinas, sob orientação da Coordenadoria Pedagógica, e em conformidade com o Referencial Curricular da Rede Estadual, por meio do desenvolvimento das competências e habilidades planejadas no plano de trabalho docente.

Art. 12º Os resultados das atividades diversificadas substituem os alcançados nas avaliações efetuadas durante o bimestre, caso o aluno atinja resultado superior ao alcançado a cada instrumento de avaliação aplicado.

§ 1º Os casos dos alunos que não tiveram rendimento satisfatório no período deverão ser analisados pelo Conselho de Classe e estabelecidos encaminhamentos junto aos pais, bem como definições de outras estratégias pedagógicas da Unidade Escolar (SERGIPE, 2017).

Dessa forma, em reunião do conselho, é avaliado todo desempenho do estudante durante o ano letivo, levando em consideração os aspectos qualitativos e não unicamente os quantitativos do somatório das notas obtidas nas avaliações. Ressalta-se que, ao final do ano letivo, só foram avaliados pelo conselho os estudantes que não atingiram os 20 pontos ao longo do ano.

Nem sempre a aprendizagem de um estudante constitui os resultados apresentados nas avaliações. Segundo Luck (2009), avaliação é apenas uma forma encontrada para medir o nível de aprendizagem dos estudantes, o ideal era não utilizar esse tipo de exame, mas é até o momento a única maneira de medir ou testar o grau de aprendizagem dos estudantes quanto aos conteúdos das disciplinas. A gestão deve estar atenta à avaliação escolar, ou seja, não avaliar apenas os estudantes, é importante avaliar todo processo educativo que ocorre na unidade de ensino, desde os professores aos demais funcionários e espaços físicos (LIBÂNEO, 2007).

As avaliações ainda constituem um dos métodos seguidos pelos professores para avaliar os estudantes do POLI, com o suporte e apoio da equipe gestora (composta por 01 diretor, 01 secretário e demais auxiliares responsáveis pela boa gestão escolar: 02 assistentes administrativos, 06 executores de serviços básicos, 06 merendeiras, 4 oficiais administrativos, 02 vigilantes, 02 coordenadores pedagógicos), pois todos são responsáveis pelo rendimento dos estudantes nas avaliações, ao manter a unidade de ensino organizada. De acordo Garbin e Almeida (2008), a organização escolar é importante para a boa execução do ensino, refletindo na aprendizagem dos estudantes.

A organização da escola é de total responsabilidade da gestão (MAIA, MANFIO, 2010), mantendo um espaço com boa qualidade física, acolhedor, bem organizado, acessível, arejado e harmônico (LIBÂNEO, 2007), o que contribui para o desempenho dos alunos durante os estudos.

Conclusão

A equipe gestora do Colégio Estadual Professor Abelardo Romero (POLI), conseguiu a implantação do Programa de Intensificação da Aprendizagem (PIA), em cumprimento à portaria do estado de Sergipe nº 6864 (2017). Acompanhando o desempenho dos professores para oferta de um ensino dinâmico, disciplinar e interdisciplinar assegura aos estudantes um ensino igualitário a todos, para que tenham superação das dificuldades e compreensão dos conteúdos independentemente da matéria.

A transição do ensino médio convencional para o ensino médio integral foi realizada de forma democrática com o consentimento de todos e a tomada de decisão em reuniões, com a presença de representantes do corpo docente, discente e dos pais. Entre as decisões tomadas, em 2017, não houve oferta de matrículas para turmas de primeiro ano convencional, apenas para o ensino médio integral e assim respectivamente nos anos seguintes, chegando ao ano de 2019 sem funcionar com turmas de 1ª ano, 2ª ano e 3ª ano do ensino médio integral nos turnos matutino e vespertino.

O grêmio estudantil passou a desenvolver atividades com a orientação e supervisão da gestão escolar, especificamente das coordenadoras pedagógicas. Realizaram a eleição dos líderes de turma, os quais passaram a orientar os colegas a utilizarem a biblioteca e a sala de estudos.

Após orientação da gestão, os professores passaram a identificar os estudantes que viessem

apresentar dificuldades na aprendizagem dos conteúdos. Em seguida, o ensino era intensificado para que os estudantes obtivessem uma melhor compreensão dos conteúdos na garantia de um ensino-aprendizagem supervisionado pela coordenação pedagógica.

A gestão pedagógica atuou junto à direção (diretor, secretários e vice-secretários) no processo de intensificação da aprendizagem dos estudantes, fazendo observação e análise em sala de aula, e nas avaliações bimestrais era feita a identificação quantitativa dos estudantes com baixas notas na matéria. Os estudantes com baixo rendimento passaram a ser orientados a intensificarem os estudos em horários opostos ao da sala de aula. Os que seguiram todas as orientações dificilmente foram reprovados ao final de cada ano letivo.

[1] Cada indivíduo desenvolve diferentes capacidades de aprendizagem, além de considerar toda atividade humana como um saber fazer independente do seu grau de dificuldade e a necessidade ou não de formação educacional (PINTO, 2003).

[2] Informações extraídas do PPP do Colégio Estadual Professor Aberlado Romero Dantas.

[3] Art. 84. O Projeto Político Pedagógico é um documento plurianual, elaborado pelo Comitê Pedagógico juntamente com toda comunidade escolar, e submetido à apreciação do Conselho Escolar (SERGIPE, 2017).

[4] Gestão escolar: Originário do latim *gestione*, o conceito de gestão refere-se à ação e ao efeito de gerir ou de administrar (OLIVEIRA; MENEZES, 2018, p. 04).

Referências

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.** Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acessado em 18 de novembro de 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.

Brasil. **Ministério da Educação - Secretaria de Educação Básica.** 2006. Gestão da educação escolar. Org. Luiz Fernandes Dourado. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, p.88, 2006.

MAIA, Graziela zambão Abdian; MANFIO, Aline. **O provimento do cargo de gestor escolar e a qualidade de ensino: análise de publicações nacionais (1990-2005).** RBP AE – v.26, n.3, p. 477-494, set./dez. 2010.

MOREN, Elizabeth Belfort da Silva; SANTOS, Angela Roocha dos Santos. **Uma reflexão sobre ações de formação de professores no Brasil.** Revista Iberoamericana de Educación n.º 55/1, 2011.

GARBIN. Tereza; ALMEIDA, Janaina. **Gestão democrática na escola pública: limites e possibilidades.** 2008. Dissertação (mestrado em desenvolvimento educacional) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Área de concentração: Gestão. Cascavel, 2008.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola: Artes e ofícios da participação coletiva.** 18ºed. Campinas-SP: Papirus, 2012.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos.** Página institucional. Disponível em: Acesso em: 13/12/ 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 13 Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e Docência.** Ed. 7º - São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 2º ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **A organização e a gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 13 Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positiva, 2009.

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola.** Petropolis, RJ. VOZES, 11º Ed. 2013.

OLIVEIRA, Ivana Campos; MENEZES, Ione Vasques. **Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar.** 876 cadernos de pesquisa. v.48 n.169 p.876-900 jul./set. 2018.

PINTO, Jorge. **Psicologia da aprendizagem, concepções, teorias e processos.** Instituto do emprego e formação profissional, 4º ed. 2003.

SERGIPE. **Regimento escolar referencial.** 2017. Governo de Sergipe Secretaria do Estado da Educação, Departamento de Inspeção Escolar. Aracaju - SE, 21 de fevereiro de 2017.

SERGIPE, SEED - Secretaria Estadual de Educação. Página institucional. Disponível em: Acesso em: 03/09/ 2017.

SERGIPE. **Portaria N° 6864/17/GS/SEED, de 02 de Agosto de 2017.** Estabelece as Diretrizes para implantação do Programa de Intensificação da Aprendizagem. Sergipe: 2017.

1 Cada indivíduo desenvolve diferentes capacidades de aprendizagem, além de considerar toda atividade humana como um saber fazer independente do seu grau de dificuldade e a necessidade ou não de formação educacional (PINTO, 2003).

2 Informações extraídas do PPP do Colégio Estadual Professor Aberlado Romero Dantas.

3 Art. 84. O Projeto Político Pedagógico é um documento plurianual, elaborado pelo Comitê Pedagógico juntamente com toda comunidade escolar, e submetido à apreciação do Conselho Escolar (SERGIPE, 2017).

4 Gestão escolar: Originário do latim gestione, o conceito de gestão refere-se à ação e ao efeito de gerir ou de administrar (OLIVEIRA; MENEZES, 2018, p. 04).

*Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe – UFS; Especialista em Gestão pedagógica e planejamento; Licenciatura em Química. E-mail: ademilsondejesussilva@yahoo.com.br.